

# VOZ DA VERDADE

JORNAL POLITICO E NOTICIOSO

Publica-se uma vez por semana (quinta-feira), na Typographia de José Joaquim Lopes, á rua da Trindade n.º 2, onde se recebem assignaturas por um anno a 6.000 reis, pagamento no acto de assignar; quem receber a folha por via do correio pagará mais 500 reis.

Anno I

Desterro—Quinta-feira 19 de Agosto de 1869.

N.º 30

## VOZ DA VERDADE.

### A opposição.

É sorprendente o procedimento da opposição a respeito das cousas actualmente no paiz, tendentes á politica seguida pelo partido conservador! Tudo se lhe afigura ruim; toda e qualquer medida adoptada pelo governo é, para ella, um desacerto, um fatal inconveniente que só males pode trazer á Nação! Quando a imprensa não a stigmatiza, o venerando senado a desperta com as suas abundantissimas recriminações!

Discursos extensisimos, fastidiosos até, tem sido constantemete proferidos na casa dos Anciões da Patria, que enchem as grandes folhas diarias da côrte, todos recheados de accusações menos justas ao ministerio, principalmente a respeito da guerra com o Paraguay, guerra essa provocada por esse mesmo partido liberal, por não ter o actual governo accelerado as operações desde o momento em que foi occupada a capital do Paraguay, ordenando ao general em chefe que fizesse marchar o exercito sem perda de tempo, d'Assumpção para Villa Rica ou Acurra, atim de agarrar Lopez e cessar a luta que dura a perto de cinco annos!

Já lá vão perto de 4 mezes de sessão e os opposicionistas no senado não consentem que passe a resposta á falla do Throno, e talvez se encerre a sessão sem que passe; porque os Pais da Patria não estão ainda fartos de accusações! Muito poucas vezes, e talvez seja esta a primeira, que o senado brasileiro assim procede a respeito da mensagem do Imperador.

Na sessão de 22 de Julho o Sr. senador Silveira da Motta occupou todo o tempo da sessão na conclusão do seu discurso relativamente a guerra com o Paraguay, ficando ainda adjada a discussão pela hora: esse discurso encheu 6 columnas do *Jornal do Commercio*!

— É será isto de utilidade para o progresso do Paiz? Utilizará por ventura a liberdade que essa gente ostenta pugnar!? Não será isto protelar a adopção d'esse projecto de resposta, com preterição de medidas urgentes propostas pelo governo em prol da causa publica?!

— Porcerto que é, e esse Sr. senador bem o comprehende, mas o despeito de que

está possuido, não lhe dá lugar senão para desabafar, e conhecendo que a materia se presta vantajosamente para o seu desabafar, não consente que desapareça!

O governo da politica liberal do nosso paiz auxiliou o caudilho Flores para se apossar do governo da republica Oriental, como se apossou, aceitou a guerra declarada por Lopez, fez tratados de alliança com grave prejuizo do nosso pobre paiz, levantou exercitos, reforçou consideravelmente a esquadra, esgotou os recursos do thesouro, contrahio empréstimos ayudados, derramou pelo imperio quanto papel lhe aprouve, arruinou completamente as finanças, decretou caçadas nunca vistas de omens, com o que anniquilou mais a lavoura do paiz, sobrecarregou a nação com impostos extraordinarios e, finalmente, empobreceu o povo, martyrisou-o, a ponto de custar-lhe gotas de sangue a escaça subsistencia quotidiana, levando-o ao auge do desespero!

Tudo isso foi obra das *capacidades* liberaes progressistas, dictada pelo excessivo *patriotismo*, pelo amor *inimitavel da liberdade e do progresso*; o povo devia contentar-se por que se lhe prometia a fruição de bens incalculaveis, produzidos por essa frondosa arvore: liberdade e progresso!

Illusão!... completa illusão!

Nenhum povo quer por tal preço a liberdade, mesmo jungido ao carro do despotismo, quanto mais o povo brasileiro que a mais de 45 annos tem-a bastante. Só os ambiciosos, os revolucionarios achão na insufficiente.

O actual governo, que recebeu em Julho de 1868 o paiz no estado que fica descrito, procura com geito e arte, com prudencia e tino, reorganisar o Imperio, reanimar o povo que estava em absoluto desanimo; por effeito dos desvarios dos *sabios* liberalões é taxado de absoluto, de retrogrado e de quantos epithectos lhes suggere o seu despeito!

Em apoio do que vimos de expender, transcrevemos alguns trechos de um folheto que temos á vista, impresso no Rio de Janeiro em 1867, obra esta de um litterato de merito; das suas asserções, conhecerão nossos leitores os esbanjamentos que se fizeram nesses tempos de *gloriosas recordações*, para aquella boa gente, dos quaes provierão os pesados impostos que hoje supportamos!

Eis os trechos:

Note-se que as leis e resoluções do poder legislativo autorisam ao executivo sempre definindo o seu mandato; e limitando a sua determinação, expressamente diz no caso vertente que, até o numero de mil exemplares da historia do Brasil autorisa a despeza; e para tirar os escrúpulos do até da preposição relativa, determina na mesma lei que, esta despeza que se vai fazer, é para historia documentada do Brasil, que deseja vêr publicada, salvando deste modo das ruinas do tempo os documentos della, e para evitar chicanas no acto da execução do mandato, resolveo as duvidas determinando que os exemplares da *Corographia Historica do Imperio do Brasil sejam distribuidos pelos archivos publicos do imperio*.

O dinheiro de que dispõe o poder executivo pertence á Nação, e não o pode elle distribuir a mãos largas, e nem economisa-lo, se a lei lhe não determina. O seu encargo é zela-lo, distribuindo-o bem em proveito commum da sociedade; e como administrador não deve fazer mais do que cumprir as ordens de quem o commissiouou. O poder legislativo, como representante legal do povo, que é o contribuinte para as despesas do Estado, é quem pôde pôr embaraços ás despesas publicas, e determinar o modo da distribuição dos dinheiros da Nação, e não olhando elle para esta despeza como superflua, ou meramente de luxo, e sim de utilidade commum e publica, não autorisou a má vontade de ninguem a glosar a sua determinação.

Pois em presença de uma determinação clara e explicita, que mediano bom senso basta para comprehender, ainda se tem necessidade de consultar as melhores intelligencias para se pôr em execução uma lei! Os meus trabalhos literarios estão no dominio de todos; e todos sabem que eu nunca fui e não sou especulador em cousa alguma, e que nunca vivi dos retalhos do orçamento do imperio.

Quando principiei a escrever e publicar a minha obra sobre o Brasil, pensei que a poderia confeccionar e concluir em 7 ou 8 tomos, pois até ahí podia eu só com as despesas della, como pude com os tomos que correm impresos, e com as outras obras que estão no dominio publico; porém vendo depois que iria mais adiante, pela abundancia de noticias, e que os cinco tomos impresos, como já disse, não tinham tido a extracção que eu desejava, parei no meio do 6.º e do 7.º, recebendo maiores prejuizos em vista da *verba gratis*, muito conhecida no nosso paiz. A presença de uma lei, especial e solidaria, transitada pelas chancellarias, me animou a confiança, e tratei de satisfazer ao que ella deter-

mina. Mas fui illudido, e tenho que pagar de minha bolsa a reimpressão do 1.º tomo da Corographia Historica do Imperio do Brasil, que se está concluindo! Eu não pedi que se me pagasse o meu trabalho, e nem que se me comprasse os documentos da historia patria, nem também nada pedi adiantado; mas como já vi, sem autorisação, dar-se 40:000\$ pelo feitto de um manuscripto, e 100:000\$ pelo feitto de outro; e dar-se, sem que houvesse verba no orçamento, 20:000\$ ou 22:000\$ ao italião *Pedro de Angelis*, por meia dúzia de papeis, sem importancia, e alguns livros impressos, que forão recolhidos á Bibliotheca Publica, por isso me admirou que, em face de uma lei, se falle em verbas e em economias!

Oh! como é lastimoso dizer-se o que se passa no Brasil em relação aos dinheiros publicos!

Ainda hontem a gazeta de maior circulação, em seu n. 360 de 28 de Dezembro, denuncia um emprestimo de tres mil contos de reis ao Estado Oriental em favor de uma casa bancaria. No dia seguinte o *Diario do Rio* e a *Gazeta Official*, autorisados, desmentem essa insinuação; porém não desmentirão nunca as versões de 600:000\$ que se mandou ao General Flores, e que se comprehendião na totalidade da verba. Para esse dinheiro não houve autorisação do poder competente, por se achar abafado nos creditos supplementares, manto esfarrapado com que se cobrem os ministros (1), para com mãos largas esbanjarem os dinheiros da nação, tapando assim os rasgões dados no orçamento do Imperio.

Falla-se em economias e em guerra, e no entanto lá forão seis escudeiros, com suas familias, acompanhando o *carallo de gesso* que vai figurar na exposição de Pariz! Sem fallar na grande despeza que se fez na decoração do edificio da Exposição Nacional, havia necessidade de mandar-se seis individuos com suas familias para a França representar o paiz, quando allí temos um corpo diplomatico luxurioso, sem nada fazer, e outros derramados por toda a Europa, e mesmo por onde nunca irá um brasileiro?! Quem mais nas condições de representar o Brazil, em Pariz, que os agentes diplomaticos?

Quanto se não gastou, e ainda se gasta, com a *commissão scientifica*! O que já produziu ella? Mandarão-se comprar dezenas de contos de réis de obras e de estampas, que estão no Museu, custando, além de outras, uma que trata de *Beija-Flores*, um conto de réis! E creio, que também eu concorrri, porém de graça, para o mesmo fim, emprestando, como emprestei ao *Instituto Artistico*, as originaes estampas da *Viagem Scientica* do Dr. Ale-

(1) O *Jornal do Brasil* em seu n. 27 de 20 de Abril escreve:

« As bombas que mandamos ao Lopez, para de novo elle por ellas mandar a morte aos nossos soldados, custarão algumas dez libras cada uma na Inglaterra. O thesouro nas suas lamentações é que descobre essas e outras. Diz, com muito pezar: — Mandou-se encomendar bombas; mandou-se suspender a encomenda. O fabricante não quiz estar por isso. Mandou-se vender por todo o preço; depois mandou-se comprar por todo o preço!!! »

xandre Rodrigues Ferreira, que hão de figurar infallivelmente na viagem do Ceará, como trabalhos da commissão..... Mais fez o Sr. Dr. Agassis só, e á sua custa, do que a commissão apparatusa que nada produziu. O que eu sei, que ella fez de real, foi matar o ultimo Camelo, que ainda restava dos que forão preferidos na camara dos deputados ao meu *Diccionario de Medicina*.

Cuidão os homens que governão que tudo passa sem reparo! Eganão-se. Entre nós somos todos conhecidos, até nos haveres, antes, durante e mesmo depois de varias commissões officiaes... e também o modo porque vierão esses haveres, que tanto impõem aos olhos da ignorancia....

Ha dinheiro mais superfluo que o que gastão os ministros annualmente com os seus monstruosos relatorios? Procurem-se os do primeiro reinado e confrontem-se com os modernos relatorios, e se reconhecerá, que para os dos tempos modernos ha verbas, para os antigos as não havia no orçamento do Imperio. Para elles ha os creditos supplementares, e para a historia da Nação nem ha eventuaes! E deste modo esbanja-se, sem lei, e sem conveniencia publica, os dinheiros do Estado com os protegidos do poder responsavel; e isto acontece, porque pela dependencia, não ha quem lhe tome contas, conforme determina a constituição e a lei que o responsabilisa; porque nos governos corrompidos a divisão dos empregos para distribuir por muitos e empobrecer a sociedade são os elementos em que se elles basêo para com segurança dominarem a opinião publica. Quem tem fome não tem opinião propria, e como os Machiavelicos do Brasil conhecem o *poder da fome*, para poderem conter os homens, apadrinhão o arbitrio com o manto do que elles chamão, *confiança do governo* e dest'arte dominão a Nação sobre as necessidades individuais e da familia, ou a *fome* que os obriga a calarem-se. Mas.... Nem sempre os lirios dão flores.

O thesouro nacional entre nós é a menina dos olhos de quantos espertalhões apparecem nesta boa terra, ora com emprezas e ora com invenções e cousas banaes, chegando a nossa miseria até a pagar-se por bom preço a um francez de *perna de pã* para subir em um balão, a explorar o acampamento de Solano Lopez!!!

É o que aconteceu! O novo *Icaro de perna de pã*, como não tinha azas de cera, e temesse furar com a perna postica o balão, ou mesmo nos ares vôar e cahir de lá com a explosão do Parque de artilharia (!!!), reconhecendo o seu perigo, e o quanto somos parvos, tocou fogo no balão, e voltou no paquete *Arino* para o Rio de Janeiro, em busca de mais dinheiro, para outro balão!! E, ainda para se dizer tudo, chegou a nossa desgraça a tal ponto que consta ter-se mandado pagar 40 contos de réis a uns estrangeiros, por um *cercado de taboas* no campo de Sant'Anna, com que vierão cassoar com a população desta cidade, apresentando-se com uma *corrida de touros*, que em vez de acommetterem aos *capinhas* fugião delles, ou ficavão immoveis, dando lugar a que o povo, vendo-se assim logrado, tirasse a sua desforra; e, como os especuladores tinham as vistas no thesouro publico, empregarão os incios, e a Nação pagou ou

tem de pagar, por uma vez, ao *bilheteiro* do cercado, a logração que imaginarão fazer-nos.

Encapão-se por *bezarrria quantas gentilezas* apparecem; deixão-se as estradas em abandono e fazem-se canaes no centro da cidade, gastando-se no do mangue da cidade nova para esgoto do gaz, cerca de dous mil contos, quando isso devera ser por conta da campanha; e com tanta imprevidencia, que parece ter sido feito para commodidade dos suicidas e morte das *levianas* erianças.

Intervem-se, por patronato, ou por ignorancia administrativa, até nos negocios particulares das casas bancarias, com notavel escandalo, e sem se medir as consequencias..... que o tempo mostra.....

Esbanja-se o suor do povo, tanto na administração pacifica, como em tempo de guerra, como poderei enumerar, se a isto for convidado. Promettem-se mundos e fundos, em vista de um decreto, a quantos queirão ir morrer pela honra e dignidade nacional na guerra do Paraguay, provocada pelos desucertos, pela incuria e pela ignocancia da politica diplomatica e da historia do Paiz, e marchão esses bravos da patria alegres como se fossem para uma função de familia, debaixo de vivas e de foguetes; e os que voltão, por felicidade com vida, mutilados ou inutilizados, nos tranportes de guerra, são atirados nas praias do Arsenal com desprezo, sendo lastimoso ver-se, irem coxeando, ou a rastos pelas ruas, em busca do Quartel do campo! Ainda feridos não encontrão allí uma cama onde descansar, tendo apenas a *Boia* ou feijão de mergulho, para lhes matar a fome, e outros nem isso!....

Apreciem bem os leitores esses factos que ahí se achão expendidos, e que ninguém os contestou, e convencer-se-hão do quanto erão capazes os homens que se arvorarão em —liberaes progressistas—.

## A demissão de José Mauricio

*Os amigos fingidos, ou inimigos encapitados.*

A demissão do cidadão José Mauricio Lopes da Silva ha muito que se tramava para se accommodar melhor o Sr. Natividade; mas não teve execução essa trama na administração do Sr. Ferraz de Abreu, porque S. Ex. não tinha dados sufficientes para proceder com a justiça que costumava, embora houvessem queixas contra elle, queixas essas tão infundadas, que em vez de desconceitual-o na opinião da primeira autoridade financeira da provincia, succedia o contrario, visio como, dando lugar á uma acurada pesquisa, della resultava a prova da falsidade de taes accusações, tornando-se esse zeloso empregado cada vez mais merecedor da confiança dos seus superiores. Eis a causa porque não foi elle demittido pelo ex-Presidente da provincia. Se merecesse ser demittido por prevaricações, ou abuso de confiança, por certo que não seria conservado por aquelle Presidente no emprego. Esperou-se occasião opportuna esta

chega, e sem perder tempo, o acto da demissão é lavrado, e o vice-Presidente na boa fé o sanciona!

Desde logo consi- era-se executado o plano; faz-se com que o nomeado para o substituir pague os direitos do seu novo titulo para maior segurança, e reputa se o acto consumado.

Mas, a justiça divina, que nunca falta, quando a dos homens desaparece, permittio que S. Ex., reconsiderando no seu acto menos justo, o revogasse immediatamente, repondo as cousas no lugar onde as achou, quando na vespera desse seu acto assumira as reideas da administração.

Nem era de esperar outro procedimento da alma bondosa do Exm. Sr. Joaquim Xavier Neves; elle não poderia viver tranquillo desde que se recordasse do mal que havia causado (sem o querer) á um empregado zeloso e honrado, onerado de familia, para acomodar um ou dois individuos já aquinhoados com os meios de subsistencia! os remorsos combater-lhe-ão a alma enquanto vivo fosse. Procedendo, como procedeo, estará com a sua consciencia tranquilla, embora alguém se desgo-lasse por vêr o seu plano malogrado.

A grita de muitos descontentes não deve all-gir a S. Ex. tanto como os remorsos. Cabe aqui citar um facto que presenciámos na administração do Sr. Adolpho de Barros, para mais tranquillisar o espirito de S. Ex.

O cidadão João do Prado Faria, moço brioso e honesto, exercia o cargo de promotor da comarca de S. Miguel; seus inimigos gratuitos (praga esta de que está incedo o nosso mundo physico) fizeram chegar ao conhecimento daquelle presidente falsas accusações contra a moralidade e bons costumes do promotor; e sem mais indignações sobre o facto criminoso imputado, mandou lavar a demissão de Faria, nomeando o cidadão José Francisco Maíra para o substituir.

Baterão palmas os traidores, por vêrem realizados os seus nefandos planos. Faria, sem perder tempo, parte de S. Miguel, apresenta-se ao Sr. Adolpho de Barros, allega e prova a sua innocencia por meio de documentos! O então presidente medita sobre o seu acto, começa a soffrer de remorsos, por ter praticado um acto irreflectido, injusto, e revogando o primeiro, reintegra Faria no seu cargo.

Muitos individuos de bom senso approvaram o acto de S. Ex., alguns porem reprovaram, porque Faria não commungava na meza *progressista*. O *Despertador*, comquanto fosse jornal da opposição, teceo louvores ao Sr. Adolpho de Barros por esse acto de justiça que tinha praticado — havia reparado o seu erro. Poderíamos citar outros exemplos identicos, mas abstermo-nos de fazel o por considerarmos bastante este, que o leitor terá ainda em memoria.

Tranquillise-se o Exm. Sr. vice-Presidente, certo de que praticou um acto

magnanimo, revogando aquelle menos pensado, ou por mal informado.

Somos informados que do acto de revogação que dimitia José Mauricio, proveio a subita retirada do secretario da presidencia e da ausencia de tres empregados da secretaria, estes á pretexto de enfermidade.

A respeito do secretario, nada ha a reparar, porque com a sua retirada devia-se contar, desde que o Sr. Dr. Ferraz de Abreu deixou a presidencia; mas sobre os tres empregados é que não nos é dado proceder do mesmo modo; são dignos de censura pelo seu procedimento de abandonarem de xofre seus empregos. Ou querem continuar nelles, ou não querem. Se querem, cumpra cada um com o seu dever, e se não peça demissão e deixe o lugar a quem o exerça; tudo que não fór isto, é desordem, é anarchia. A falta de quatro empregados em uma repartição, como é a secretaria do governo, onde diariamente ha bastante trabalho de expediente, não póde deixar de pôr em embarços a primeira autoridade e fazer pesar demasiadamente o serviço sobre os poucos empregados, que mais conscienciosos das suas obrigações, se deixaram ficar.

Tendo sido designado pela presidencia o Sr. Dr. Luiz Duarte Pereira, Juiz de direito da comarca da Laguna, para exercer interinamente o cargo de chefe de policia da provincia, aqui chegou antehontem, ao escurecer, e hontem entrou em exercicio.

### o ministerio.

Em Julho do anno findo o paiz havia chegado a uma situação extrema.

A gerencia dos publicos negocios, confiada a uma politica erronea e inhabil, transtornara tudo; os bons principios de governo desconheciam-se, ou erão desprezados.

O desacerto das idéas e a discordia dos homens proeminentes do partido pretenciosamente intitulado *progressista* tinham impellido a nação a imminente precipicio.

Lavrava a descrença no apregoado progresso; a violação das leis era o escandalo vivo da sociedade.

Quanto mais queixavão se os opprimidos, tanto mais se endurecia a oppressão; as provincias erão flagelladas por bastardos commissarios do ministerio.

A justiça era palavra vã; escarnecia-se do perseguido que solicitava reparação do aggravo. A chronica de muitos presidentes constituirá na historia patria uma pagina de difficil credibilidade: nem reparação á injuria, nem misericordia para o soffrimento!

A camara temporaria, dividida em

dois bandos hostis, era o circo de gladiadores em que os chefes desses bandos se debatião, não satisfeitos das diatribes da imprensa.

No interior, tudo revelava essa desorganização que enfraquece e arruina os governos.

No exterior, a guerra encetada com imprevidencia trazia males incalculaveis. O governo *progressista* assim despendia os cabedaes publicos e prodigalisava a vida dos cidadãos sem a compensação do exito final; nem ao menos tinhamos a animação dos feitos decisivos e gloriosos.

Os cofres nacionaes estavão estanques, e os brios do paiz pendentos de prolongada e dolorosa expectativa.

A indignação nacional cahira sobre esse governo.

Foi nestas circumstancias que a sabedoria da corôa pronunciou o verbo da salvação.

A opinião publica triumphou, e mais uma vez ficou patente a vantagem desse poder vigilante que observa e consagra a vontade da nação.

A politica, que despoçava a paz interna e não vindicava o nosso pundonor offendido por um barbaro tyranno, não podia continuar; foi condemnada.

Entre applausos geraes inaugurou-se nova ordem de cousas.

Um varão notavel por suas virtudes civicas e particulares; um cidadão benemerito por longa vida de dedicação á causa do paiz foi incumbido de organizar novo governo que assumisse a responsabilidade de restaurar o dominio das leis no interior e de desaggravar os nossos brios no exterior.

O nobre vi-conde de Itaborahy aceitou o encargo, e o ministerio de 16 de Julho de 1868 surgio esperançoso.

O illustre cidadão rodeou-se de cooperadores dignos de sua empreza. O barão de Muritiba, barão de Cotegipe, Fernandes Leão, José de Alencar e Soares de Souza; uns provecos na idade, e já glorificados por seus serviços relevantes, outros moços ainda, mas já distinctos pela superioridade do talento, pela circumspecção anticipada aos annos e á experiencia, derão ao ministerio esse character de inabalavel confiança de que o paiz se anima e possui.

O ministerio muito já tem feito para corresponder aos nossos anhelos de bem publico.

O mal era profundo e imminente. Evitar o proximo desastre, eis quanto já tem feito o ministerio de 16 de Julho.

As finanças destroçadas reparão-se; a justiça profligada restabelece-se; a honra nacional está desaffrontada.

Novos beneficios virão satisfazer as justas esperanças do povo.

(Extr.)

LITTERATURA.

A donzella Hussard.

CAPITULO VIII.

Amores occultos, surpresa, perseguição,  
(Continuação do n. 18.)

Loreto via-se florescer nos desonove annos de sua primavera: sua figura inda mostrava aos conhecedores a belleza ideal: sua côr, ligeiramente palida, annunciava mais a delicadeza de um cortezão, que o vigor de um soldado; dous olhos azues á flôr do rosto exprimião o amor ou a doce melancolia; muitas vezes sua palidez se animava do côrado pudor, e da modestia, fazendo o effeito de um raio do sol, que escapa pelo meio de um céu ligeiramente coberto de argenteadas nuvens: seus dentes claros, e bellos, e seus cabellos castanhos claros, cahião em aneis sobre seus hombros; em fim seu corpo, ainda que não tinha grandes proporções, fazia nascer sentimentos de força, e de delicadeza.

Agora figurai uma pastora nesta epoca interessante da primavera, onde a primeira rosa apparece no seu jardim; ponde debaixo de seus dourados cabellos uma fronte nobre terminada por dous olhos vivos: colorai os lirios de suas faces de um corado terno, seu colo alabastrino encerravão dous pomos de neve: emfim fazei que vossa imaginação acabe este retrato, lembrando-se da Venus Romana, e tereis uma idéa exacta de Sofia aos deseseis annos.

Desde que a primeira confissão rasgou, por assim dizer, o véo transparente com que o pudor cobria o amor; os ternos sentimentos, que se occultavão no fundo de um coração noviço, se espalharão como uma torrente, em doces transportes, e em juramento de se amarem eternamente: tal era a situação d'amavel Sofia. Loreto acordando de sua agradável surpresa, não fica em divida para com sua amada; elles amavão pela primeira vez, e porisso bem se pôde pensar as cousas ternas que dirião. Seu amor innocente caminhava sem rebuçô, de prazer em prazer, elles se assemelhavão ao fogo da primavera que faz nascer a cada passo flores novas.

Emquanto os dous amantes esquecião os perigos que começavão, e a grandeza dos obstaculos que ainda os separavão, embalavão-se nestas doces illusões, a ama de Sofia occupava o lugar d'amizade vigiando sobre suas sortes. Tinhão corrido muitas horas nestas doces protestações, o sol embrenhava-se já no azul celeste seus raios fulgorosos, quando chegou ao Parque em que estava Sofia, e Loreto, ao som de instrumentos campestres, todos os mancebos de ambos os sexos da Aldeia vizinha, conduzidos por Chrisliano, Fritz-Heberto, e a bella Catharina. Esta gente procuravão seu libertador para lhe offerecer a corôa de louro, que tinha merecido seu valor. Esta simples homenagem tocou mais vivamente a alma de Loreto, que o ouro offerecido pelo conde de Caubor. Sofia de sua parte vendo exaltar as virtudes daquelle que ella amava, sentio de alguma sorte diminuir a distancia que invejosa fortuna tinha posto entre elles.

As danças campestres começarão ao som de rusticos instrumentos. Sofia não pôde deixar de fazer uma allemandra com seu amado Loreto. Na Walsa amorosa, os dous amantes sentirão mutuamente palpitar se-

us corações, e a côr do prazer colorar suas faces, seus olhos exprimião tudo que sentia seu coração... Sim, eu o tenho sentido mais de uma vez; e esta dança encantadora não foi inventada pelas graças se não para os amantes felizes....

Foi neste estado que o conde, e o barão, atrahidos pelos sons dos instrumentos chegarão de improviso: os prazeres fugirião á sua presença, e o triste constrangimento tomou o lugar da franca liberdade.

Se o conde foi surpresa da novidade desta festa, elle o foi ainda mais divisando uma especie de intima amizade entre o sargento, e sua filha: seu olhar severo sobre um e outro os fez côrar, e confirmava todas as suas suspeitas. Traufmandorf sentia um vivo desprezo das vistas de Sofia por um homem, que elle temia em a natureza.

Esta situação desagradavel para todos, era particularmente mui penosa para o conde de Caubor, o qual depois de saber o objecto da festa não pôde mandar retirar a todos, e só ordena de um tom severo a Loreto que fosse para o castello esperar suas ordens.

(Continua.)

VARIEDADES.

TRIBUNAES FRANCEZES.

Facto verdadeiro publicado em jornaes de França.

« Julgava-se no tribunal de primeira instancia de Aix em Provence uma causa de aborto. Pertencia a ré a familia muito conhecida: era ainda moça, e de extraordinaria belleza. Estas circumstancias e a natureza do processo excitavão geral curiosidade em todo o districto.

« Desde que se abrião as portas da audiência, encheu-se de espectadores a sala, como se a interessante culpada fosse Maria Antoinette ou uma criminosa como a marquez de Brinvilliers ou Mm. Lafarge. Nas primeiras tres ordens de cadeiras vião se as principaes senhores da cidade e dos arredores.

« A' hora competente o presidente e os membros do tribunal entrarão na sala, e tomarão seus lugares. O ministerio publico, a ré e os defensores não faltarão nos que lhes erão destinados. Silencio geral.

« O presidente era o celebre D., conhecido pelo seu character grave, severo e pouco sujeito ás conveniencias sociaes, homem cheio de respeito para com as leis, e assás despido de considerações para com os homens e para com as mulheres, segundo veio depois a descrever-se.

« — Eu previno o auditorio, disse elle ao abrir a audiência, de que esta causa pertence ao numero daquellas em que a decencia da phrase é sacrificada ás obrigações da justiça. (Silencio profundo. Algumas senhoras olhão attentamente para o presidente).

« — Ha de ser indispensavel, continuou elle, narrar factos que as senhoras honestas não gostarão de ouvir, e empregar vocabulos que ou enfastiem por não se entenderem, ou tragão o rubor ás faces

de quem lhes comprehender o sentido. (O mesmo silencio. As senhoras abaizão os olhos. Um padre levanta-se, saúda o presidente e sahe.)

« Por mais que eu desejo, e o ministerio publico ou os advogados se e-forcem, a indecencia das phrases ha de ser grande, e de todo o ponto impropria da honestidade feminina. Eu podia declarar secreta a sessão do tribunal; porem é mais honroso que o pejo cumpra o seu dever, e me não dê occasião de tomar providencias. (Duas senhoras levantão-se espavoridas e sahem pela sala fora. Os seus lugares são logo tomados por outras que estavam em pé.)

« — Muito bem, disse o presidente. Agora que as Sras. honradas se retirarão, execute as minhas ordens, porteiro, e ponha todo esse mulherio no meio da rua.»

(Extr.)

Post scriptum.

Sob a epygraphe—o Sr. padre Cunha e a Voz da Verdade—publicou a Regeneração em o seu ultimo n. um artigo do Sr. vigario F. P. da Cunha em resposta á outro publicado em n. anterior deste jornal, tratando de negocio relativo á emolumentos parochiaes, com o que nada temos que vêr, por pertencer isso ao auctor do artigo. Corre-nos porém o dever de responder ao ultimo periodo desse artigo, no qual S. Rvm. julgou conveniente, por satisfação á sua raiva, trazer á baila o delegado de policia, impressor da Voz da Verdade. Copiemos primeiramente esse trecho.

« E é justa a minha queixa; fosse imparcial o anonymo artiguista, e della daria testemunho, dizendo alto para que todos ouvissem, que até o impressor da Voz da Verdade o Sr. Delegado da Capital concorre para diminuir-me o rendimento, dando sem sciencia minha e da policia desta cidade bilhete de sepultura para o cemiterio da capital a parochianos meus, fquados no territorio da parochia.»

Não se dá maior destempero! E' preciso ter perdido o senso para encaixar taes proposições.

Que faria o proprio Sr. padre Cunha se fosse delegado de policia, e se lhe apresentasse um homem reclamando d'elle uma licença para dar-se sepultura a um cadaver, que sendo conduzido ao cemiterio publico o administrador recusava sepultal-o sem a competente autorisação da autoridade policial? Indispensavelmente dava-a, porque não havia de consentir que um cadaver jazesse insepulto, e quasi em estado de decomposição, até que a pessoa encarregada dessa obra de caridade fosse á cidade de S. José e voltasse com a licença do parochio, e não sendo essa sufficiente para autorisar o enterramento, ir á casa do delegado solicitar a?!... Responda o mesmo Sr. padre Cunha, quando o espirito readquirir o seu estado normal.

Typ. de J. J. Lopes, rua da Trindade n.2.